



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaíva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 12 de novembro de 2025 05 Páginas / Ano 10 / Edição nº 985



DECRETOS

DECRETO n.º 1162/2025

Súmula: Nomeia a Comissão Permanente de Gestão de Capacitação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67, incisos IX, X e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n.º 2878/2021 que dispõe sobre o Plano Municipal de Saúde e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º 15518/2025,

DECRETA

Artigo 1º. Fica instituída a **COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**, conforme meta na Diretriz n.º 11 da Lei Municipal n.º 2878/2021, que dispõe sobre o Plano Municipal de Saúde para o período de 2022 a 2025.

Artigo 2º. A Comissão terá como objetivo o levantamento das necessidades de capacitações aos servidores lotados na SEMUS.

Artigo 3º. A Comissão referida no artigo 1º, deste Decreto será composta pelos seguintes membros:

I. Representante do Departamento Administrativo:

o **ROSANGELA DE MOURA ABBEU**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Escriturária II, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.313-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.258-07.

II. Representante da Atenção Primária em Saúde:

o **ANELISE JULIANI DOS SANTOS**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.870-1 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.779-30.

III. Representante do Departamento de Saúde Bucal:

o **DAIANE SOARES COX**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento comissionado de Diretora do Departamento de Saúde Bucal, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.861-4 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.669-96.

IV. Representante do Laboratório Municipal de Análises Clínicas:

o **LUANA ABRÃO COSTA**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutico-Bioquímico, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.214-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.349-19;

V. Representante das Farmácias Básicas:

o **ROGÉRIO FRACALLOSSI**, brasileiro, divorciado, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutico-Bioquímico, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.798-2 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.399-78.

VI. Representante do Setor de Tratamento Fora Domicílio - TFD:

o **IARA ELISA PEREIRA DE ALMEIDA BENAZZI**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.476-8 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.339-52.

VII. Representante do Setor de Transporte:

o **CLAUDIANE DROBENKO**, brasileira, divorciada, servidora pública municipal com cargo em provimento comissionado de Diretora do Departamento Financeiro, Informação e Acompanhamento de Dados da SEMUS, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.492-9 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.419-00.

VIII. Representante do Departamento de Vigilância em Saúde - VISA:

o **GISELE MARINS**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.753-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.339-65;

IX. Representante do Departamento Financeiro:

o **KIMBERLIM DE OLIVEIRA LAMONIER**, brasileira, solteira, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.606-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.589-52.

X. Representante do Hospital Municipal Carolina Lupion - HMCL:

o **RAQUEL MAGANHATI**, brasileira, viúva, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira Obstetra, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.847-2 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.899-15.

XI. Representante da Clínica Municipal de Fisioterapia:

o **VANESSA DE MIRANDA DE MELO**, brasileira, casada, servidora municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.957-1 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.219-33.

XII. Representante do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS:

o **DANIELE MIRANDA**, brasileira, divorciada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Recepcionista, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.913-5 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.079-57.

XIII. Representante da UBS Dr. Américo Faustino de Carvalho:

o **FABIA CRISTIANE CORREIA ARANDA**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.150-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.619-93;

XIV. Representante da UBS Adélia Kojo Baldin:

o **AFRINE TOLKMITT ROLIM SOARES**, brasileira, viúva, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.367-3 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.649-11;

XV. Representante da UBS Dr. Hélio Araújo de Masi:

o **CAMILA ALEXANDRA DE OLIVEIRA MENDES SIMÕES**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.980-2 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.589-14.

XVI. Representante da UBS Dr. Domingos Cunha:

o **FRANCIELE DE FATIMA MENDES ANDRADE**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.018-2 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.559-29.

XVII. Representante do Ambulatório de Especialidades:

o **HERICA BEATRIZ SUENAR CASTELARI**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.497-3 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.259-24.

Artigo 4º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público, nos termos do artigo 4º. da Lei Municipal n.º 2155/2010.

Artigo 5º. Fica revogado o Decreto n.º 634/2025.

Artigo 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

MARLUS BARBOSA PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

DECRETO n.º 1163/2025

Súmula: Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos públicos n.º 001/2023 da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica Municipal, e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º 14987/2025,

Considerando a Lei Orgânica do Município que em seu artigo 67, X, XI e XXIV, autoriza o Chefe do Executivo baixar Atos Administrativos;

Considerando que a mesma Lei Orgânica também atribui competência para o Chefe do Poder Executivo no artigo 69, III, prorrogar Concursos Públicos, bem como o artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de se observar o princípio da eficiência e da economicidade, para aproveitando-se um pleito considerado de grande vulto para melhor aproveitamento da mão de obra ofertada;

Considerando que segundo norma da Lei Orgânica e da Constituição Federal, o prazo de validade dos Concursos Públicos é de 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período,

DECRETA

Artigo 1º. Fica prorrogado por 02 (dois) anos o prazo de validade do Concurso Público n.º 001/2023, homologado em 20/11/2023, destinado ao provimento dos cargos públicos que especificam nos Editais de Concurso Público n.º 001/2023 de 06 de junho de 2023 e suas retificações.

Artigo 2º. Continuam vigentes todas as regras constantes no Edital do Concurso Público n.º 001/2023 e suas retificações, em especial as que se referem aos requisitos que os candidatos habilitados devem possuir no ato de nomeação dos empregos públicos para os quais concorreram.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Artigo 4º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO n.º 1164/2025

Súmula: Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, para implantação e regularização de barragem de córrego para abastecimento hídrico público, a área que especifica.

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA** no uso das atribuições legais, e com fundamento no inciso XIV do artigo 11 da Lei Orgânica do Município de Jaguariaíva, e artigo 3º inciso XXIV, da Constituição Federal,

Considerando o que prevê a Lei Orgânica do Município no seu artigo 67, inciso XII, que compete ao Prefeito desapropriar bens,

Considerando o que tipifica o inciso I do artigo 6º, e inciso I do artigo 7º da Lei Municipal n.º 2.758/2018, que institui o Plano Diretor Municipal de Jaguariaíva,

Considerando o que dispõe a Lei Federal n.º 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico,

Considerando o que dispõe o artigo 5º, alínea "h" do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 - Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública,

DECRETA

Art. 1º. É Declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação, a seguinte área:

I. Uma parte de terras, situada no quadro rural desta cidade, com área de 8.143,93 m² (oito mil, cento e quarenta e três metros e noventa e três centímetros quadrados), dentro de uma área maior devidamente matriculada sob o n.º 797 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariaíva - Estado do Paraná, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, definido pelas coordenadas E: 627.134,500 m e N: 7.311.484,700 m com azimute 194º 30' 51,36" e distância de 81,40 m até o vértice V2, definido pelas coordenadas E: 627.114,100 m e N: 7.311.405,900 m com azimute 284º 34' 39,14" e distância de 100,12 m até o vértice V3, definido pelas coordenadas E: 627.017,200 m e N: 7.311.431,100 m com azimute 14º 31' 54,94" e distância de 81,30 m até o vértice V4, definido pelas coordenadas E: 627.037,600 m e N: 7.311.509,800 m com azimute 104º 31' 19,71" e distância de 100,10 m até o vértice V1, encerrando este perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 225, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º. O imóvel acima referenciado será desapropriado com a finalidade de implantação e regularização de uma barragem para captação de água destinado ao abastecimento público, com o objetivo de ampliar a capacidade e contribuir para a segurança hídrica da população local.

Art. 3º. O presente Decreto é decorrente do procedimento administrativo n.º 15378/2025.

Art. 4º. Fica a Secretaria de Negócios Jurídicos do Município autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação desta desapropriação de forma amigável ou judicial, se for o caso, assinando em nome do Município de Jaguariaíva, acordos, termos e escrituras.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão à conta de Dotação própria.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

ERIC DUDIK ROGERIO

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO n.º 1165/2025

O Prefeito de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município; Lei Municipal n.º 1922/2009; c/c artigo 61, inciso I da Lei Municipal n.º 2155/2010, e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º 15567/2025,

Considerando, a Lei Municipal n.º 2903/2022 de 25/03/2022;

Considerando a necessidade de que o servidor esteja à disposição da Administração sempre que chamado, e está à disposição da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística - SEMIL, nas diversas atribuições que lhe foi incumbido;

Considerando os princípios básicos estabelecidos no artigo 37 da nossa Lei maior, bem como o princípio da supremacia do interesse público;

Considerando o cumprimento do artigo 3º. da Lei Municipal n.º 2903/2022, onde o Secretário da Pasta requereu e o Chefe do Poder Executivo aprovou seu pedido;

Considerando que, além do servidor exercer as funções próprias de seu cargo de Motorista Habilitação C, D e E junto da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística - SEMIL, o servidor também é o responsável por atender as demandas da Marcenaria Municipal,

RESOLVE

Artigo 1º. CONCEDER ao servidor com cargo em provimento efetivo de **MOTORISTA HABILITAÇÃO C, D e E**, senhor **NILSON DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º XXXX.262-1 II/PR, e inscrito no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.849-91, matriculado sob n.º 4.788, **Gratificação de Função** 03, o que corresponde ao percentual de 30% (trinta por cento), do vencimento básico do servidor.

Artigo 2º. Fica revogado Decreto de n.º 599/2025.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.



Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

DECRETO n.º 1166/2025

Súmula: Dispõe sobre a suspensão dos efeitos do Decreto Municipal n.º 1.135/2025 em cumprimento a determinação judicial, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica e pelo artigo 67, inciso X, XI e XXIV, e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º 15629/2025,

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo n.º 0003313-65.2025.8.16.0100 em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública que determinou a suspensão dos efeitos do Decreto Municipal n.º 1.135/2025 até ulterior deliberação do Poder Judiciário;

Considerando a necessidade de dar imediato cumprimento à referida decisão, em observância ao princípio da legalidade e ao disposto no artigo 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando que o descumprimento de ordem judicial sujeita o gestor público às sanções previstas em Lei, inclusive por crime de desobediência e improbidade administrativa;

DECRETA

Art. 1º. Ficam suspensos os efeitos do Decreto Municipal n.º 1.135/2025 que exonerou o conselheiro tutelar **JOSÉ CRAIR DE OLIVEIRA** em cumprimento à determinação judicial proferida nos autos do processo n.º 0003313-65.2025.8.16.0100.

Art. 2º. A suspensão de que trata o artigo anterior perdurará enquanto vigente a ordem judicial que a determinou, ou até ulterior deliberação do Poder Judiciário.

Art. 3º. Ficam os órgãos e entidades da Administração Pública municipais deste ato, devendo adotar as medidas necessárias para o imediato cumprimento da decisão judicial, abstendo-se de aplicar ou executar quaisquer disposições constantes do Decreto suspenso.

Art. 4º. Fica reiniciado o prazo recursal de 15 (quinze) dias para apresentar recurso, caso queira, a partir da publicação deste Decreto.

Art. 5º. Com a suspensão do Decreto n.º 1.135/2025 o Sr. José Crair de Oliveira perderá seus vencimentos, a partir da publicação deste Decreto, desde que continue atuando como Conselheiro Tutelar, enquanto perdurar os efeitos da suspensão.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à data da intimação da decisão judicial.

Art. 7º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO n.º 1167/2025

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal n.º 2155/2010,

Considerando a necessidade de adequação das despesas de pessoal aos limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Considerando o compromisso da Administração Municipal com a responsabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas;

Considerando que a medida busca o reequilíbrio financeiro e a recuperação da capacidade de investimento do Município, bem como garantir a eficiência da administração pública, preservar empregos, manter o pagamento dos salários em dia, assegurar a continuidade dos serviços e viabilizar investimentos nas áreas prioritárias, observando os limites legais de despesa com pessoal;

Considerando o impacto financeiro causado pelo impacto financeiro, direto e reflexo, pelo "tarifaço" norte-americano (aumento de até 50% sobre os principais bens produzidos no Município), que repercute diretamente nas despesas de custeio e no equilíbrio orçamentário do Município;

Considerando as deliberações da Comissão de Avaliação das Despesas do Município de Jaguariáiva, instituída através do Decreto Municipal n.º 1138/2025, que recomendou a adoção de medidas de contenção de gastos com pessoal, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio fiscal e financeiro;

Considerando as Leis Municipais n.º 2.903/2022 e 2963/2023, que criaram e regulamentaram as Funções Gratificadas no âmbito da Administração Pública Municipal;

Considerando a necessidade de adoção de medidas temporárias de contenção de gastos com pessoal, preservando-se os serviços públicos essenciais;

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Jaguariáiva, redutor de 20% (vinte por cento) sobre o valor das Funções Gratificadas - FG instituídas pelas Leis Municipais n.º 2.903/2022 e n.º 2963/2023, atualmente percebidas pelos servidores públicos municipais.

Artigo 2º. O redutor de que trata este Decreto incidirá exclusivamente sobre o valor da função gratificada, não alcançando o vencimento básico do cargo efetivo ou eventual gratificação de natureza diversa.

Artigo 3º. A redução prevista neste Decreto terá caráter temporário, com vigência de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante novo ato do Chefe do Poder Executivo, se persistirem as razões que a motivaram.

Artigo 4º. Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, juntamente com a Secretaria de Finanças e Planejamento Orçamentário adotar as providências necessárias para o cumprimento deste Decreto.

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2025.

Artigo 6º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGÉRIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO n.º 1168/2025

Súmula: Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 89.580,63 (oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta reais e sessenta e três centavos).

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal n.º 4.320/64 e artigos 4º e 7º da Lei Municipal n.º 3.018/2024,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguariáiva, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 89.580,63 (oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta reais e sessenta e três centavos) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEMIL
2.028 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública 40.000,00
134 3.3.90.30.00.00.00.00 0507 Material de Consumo

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR
2.034 Manutenção dos Serviços Administrativos da SETUR 5.276,48
161 3.3.90.39.00.00.00.00 0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

13 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
0.006 Pagamento de Indenizações e Restituições 2.304,15
401 3.3.90.93.00.00.00.00 0851 Indenizações e Restituições

15 SECRETARIA M. DE SEG. PÚBLICA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL - SEMSP
2.021 Manutenção da Segurança Pública e Ordem Social 42.000,00
412 3.3.90.39.00.00.00.00 0507 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Artigo 2º. Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º, Parágrafo 1º, e 2º, inciso II da Lei n.º 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei n.º 4.320/1964, provenientes:

I. Oriundos de excesso de arrecadação das seguintes fontes:

Fonte	Descrição	Valor
0000	Recursos Ordinários (livres)	5.276,48
0507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública	82.000,00
0851	Convênio Pavimentação 687 - SECID	2.304,15

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal n.º 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal n.º 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário



SEFIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº65/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a Locação de Tendas Piramidais em diferentes dimensões (10x10m, 10x5m, 5x5m e 3x3m), incluindo todos os serviços necessários de mobilização, transporte, montagem, desmontagem e retirada dos equipamentos, a ser formalizada mediante o Sistema de Registro de Preços (SRP), para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Governo (SEGOV) e demais órgãos da Administração Pública Municipal de Jaguariáiva.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:30min do dia 13 de novembro de 2025, às 08h30min do dia 02 de dezembro de 2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h31min às 08h59 do dia 02 de dezembro de 2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 02 de dezembro de 2025.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processado Bolsa de Licitações e Leilões - BLL: <http://bllcompras.com/> ou através do link <http://portal.jaguariaiva.pr.gov.br/transparencia/licitacoes/>.
Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.

Jaguariáiva, 12 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 44/2025

OBJETO: Aquisição de doces para as crianças do município.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30min do dia 12 de Novembro de 2025, às 08h30min do dia 18 de novembro de 2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h31min às 08h59 do dia 18 de novembro de 2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 18 de novembro de 2025.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processado Bolsa de Licitações e Leilões - BLL: <http://bllcompras.com/> ou através do link <http://portal.jaguariaiva.pr.gov.br/transparencia/licitacoes/>.
Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.
Jaguariáiva, 11 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ADITIVO
1º TERMO ADITIVO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 193/2025
CONTRATADA: SIRLENE CIRSA INÁCIO BARRETO
CPF: 046.524.129-83

NATUREZA DO ADITIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – EMENTA. Considerando o pedido do Protocolo Geral nº 12992/2025 e autorização de fls. 1000/1001, para o acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) no objeto inicialmente contratado, nos termos do art. 124 II da Lei Municipal 14.133/2021, cujo o valor somará o montante de **R\$1.560,00(um mil quinhentos e sessenta reais)**, para o fornecimento do **Item 48 - 200 KG DE TOMATE – PREÇO UNITÁRIO R\$7,80kg.**

JAGUARIAIVA, 13 DE OUTUBRO DE 2025.

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº1661/2025
DISPENSA Nº 43/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS E PSICOPEDAGÓGICOS WISC IV.

DATA DO CONTRATO: 29/10/2025 | VIGÊNCIA: 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 380/2025
CONTRATADA: RACIONAL MATERIAL DIDÁTICO E RECURSOS HUMANOS LTDA
CNPJ: 77.063.527/0001-90 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 8.308,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 169/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE CURSO SOBRE "MANUAL DE ELABORAÇÃO DO CODIGO SANITARIO PARA O SNVSE GERENCIAMENTO DE RISCO" EM ATENDIMENTO A SEMUS.

DATA DO CONTRATO: 29/10/2025 | VIGÊNCIA: 06 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 379/2025
CONTRATADA: L & L TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 46.793.352/0001-78 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 35.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 161/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2025

CONTRATO Nº 360/2025
TECNOLINK SERVIÇOS BR LTDA
CNPJ: 60.390.627/0001-28 | R\$ 5.399,04

ERRATA

ONDE SE LÊ: DATA DO CONTRATO: 08/10/2023

DEVE SE LER: DATA DO CONTRATO: 08/10/2025

JAGUARIAÍVA, 12 DE NOVEMBRO DE 2025



SEDES

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRAMENTO DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA.

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA do Município de Jaguariáiva/PR, no uso de suas atribuições, torna público o PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE FAMÍLIAS PARA O PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA, em conformidade com a Lei nº2652/2017, que Institui o Programa de Acolhimento Familiar para Crianças e Adolescentes, denominado "Programa Família Acolhedora"



EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA

Rosana Araújo Lopes - MTB. nº 3194 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
(43) 3535 9306
E-mail: comunicacao@jaguariaiva.pr.gov.br





1. FINALIDADE DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA:

1.1. O Programa Família Acolhedora tem por finalidade o atendimento de crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados, de forma a proteger seus direitos e garantias fundamentais previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

2. OBJETO DESTE EDITAL:

2.1. O objeto deste Edital consiste na seleção de famílias residentes no Município de Jaguariáiva/PR, interessadas em participar do Programa Família Acolhedora, sendo destinado a acolhimento familiar, visando o acolhimento de crianças e/ou adolescentes de ambos os sexos, afastadas do convívio familiar de origem por determinação judicial, diante de situação de risco pessoal e social, sob medida protetiva, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 8.069/1990.

3. PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA:

3.1. O acolhimento familiar constitui no atendimento de crianças e adolescentes afastados da família de origem, mediante medida protetiva, em residência de famílias acolhedoras, previamente cadastradas e capacitadas, que possuam condições de recebê-los e mantê-los condignamente, oferecendo os meios necessários à saúde, educação e alimentação, com acompanhamento direto da Secretaria de Assistência Social, do Conselho Tutelar e do Poder Judiciário.

4. BOLSA AUXÍLIO: FAMÍLIA ACOLHEDORA

4.1. Cada família habilitada a participar do Programa Família Acolhedora, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por criança ou adolescente em acolhimento.

4.2. O bolsa-auxílio será repassado através da emissão de cheque nominal ou transferência bancária, em nome do membro responsável da família acolhedora. O valor do da bolsa-auxílio não será inferior à terça parte do Salário Mínimo.

5. DA INSCRIÇÃO E REQUISITOS:

5.1. As inscrições das famílias interessadas ocorrerão por tempo indeterminado, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30.

5.2. As inscrições serão realizadas na sala do Serviço Família Acolhedora, localizada na Estação Cidadã, na Rua Heráclito Carneiro Lobo, nº 421. Telefone Whatsapp: (43) 3535-9393.

5.3. Requisitos para a família interessada:

5.3.1. Não possuir condenação criminal transitada em julgado, nem estar respondendo a processo criminal ou apresentar potencialidade lesiva, que possa comprometer os objetivos do programa, sempre sob o crivo do juiz;

5.3.2. Apresentar comprovação de residência fixa no Município de Jaguariáiva por período superior a 1 (um) ano;

5.3.3. Ter disponibilidade de tempo para oferecer proteção e apoio às crianças e aos adolescentes;

5.3.4. Ter idade entre 21 (vinte e um) e 65 (sessenta e cinco) anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;

5.3.5. Ser, pelo menos, 16 (dezesseis) anos mais velho do que o acolhido;

5.3.6. Gozar de boa saúde mediante atestado médico;

5.3.7. Declaração de não ter interesse em adoção;

5.3.8. Apresentar concordância de todos os membros da família maiores de 18 (dezoito) anos que vivem no lar;

5.3.9. Apresentar parecer psicossocial favorável;

5.3.10. Participar de todo o processo de formação, avaliação e acompanhamento técnico.

5.4. Documentação necessária para fins de inscrição da família interessada:

- Cópia do RG e CPF de todos os adultos residentes no domicílio.
- Certidão de Nascimento ou Casamento
- Comprovante de residência atualizado (últimos 3 meses).
- Certidões negativas de antecedentes criminais (estadual, federal e da Justiça Militar).
- Declaração de ciência e concordância de todos os membros da família.

Parágrafo Único: Não se incluirá no Serviço de Família Acolhedora pessoa com vínculo de parentesco com criança ou adolescente em processo de acolhimento.

6. DAS RESPONSABILIDADES:

6.1. A Família Acolhedora tem a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos enquanto estiverem sob sua proteção, responsabilizando-se pelo que segue:

- 1.1. Prestar assistência material, de saúde, moral e educacional à criança e ao adolescente, nos termos do Art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 1.2. Participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;
- 1.3. Prestar informações sobre a situação da criança e do adolescente acolhido aos profissionais que estão acompanhando a situação;

6.2. A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, à criança e ao adolescente acolhido e à família de origem, com o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Mulher e Família

Parágrafo Único: Todo o processo de acolhimento e reintegração familiar será acompanhado pela equipe técnica, que será responsável por cadastrar, selecionar, capacitar, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras, antes, durante e após o acolhimento.

6.2.1. O acompanhamento à família acolhedora acontecerá na forma que segue:

1. Visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família conversam informalmente sobre a situação da criança, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;
2. Atendimento psicossocial;
3. Presença das famílias nos encontros de preparação e acompanhamento.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

7.1. A seleção será realizada pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Institucional Família Acolhedora, em conjunto com a Equipe de Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Mulher e Família do Município de Jaguariáiva/PR, conforme as seguintes etapas:

7.1.1. Primeira Etapa - **Avaliação Documental**: consiste na avaliação dos documentos apresentados pelas famílias interessadas, para fins de verificar a procedência, bem como o cumprimento dos critérios estabelecidos nesse Edital. Caso a família participante não apresente os documentos em consonância com o exigido, será desclassificada.

7.1.2. Segunda Etapa - **Avaliação Técnica** (Psicossocial): consiste na avaliação para verificação se a família inscrita como potencial acolhedora preenche os requisitos necessários à função. Nesta etapa a família deverá passar por um

estudo psicossocial, que será realizado através de entrevistas individuais e coletivas, visitas domiciliares e outras ferramentas que se fizerem necessárias. Também serão submetidos à aplicação de testes psicológicos, com o objetivo de verificar se estão aptos a serem inseridos no Programa de Família Acolhedora.

7.1.3. Terceira Etapa: **Capacitação das Famílias**. Esta etapa tem como objetivo preparar os participantes para o desempenho adequado da função de família acolhedora, por meio da oferta de conteúdos relacionados à proteção integral, direitos da criança e do adolescente, vínculo afetivo, limites, responsabilidade, entre outros temas relevantes para o acolhimento institucional.

7.2. A classificação para qualquer etapa subsequente é vinculada, obrigatoriamente, à classificação na etapa anterior.

7.2.1. A aprovação em todas as etapas não assegura à família pretendente a habilitação imediata, mas apenas a expectativa de ser habilitada segundo disponibilidade e necessidade do Programa Família Acolhedora.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1. O início e término da prestação do Programa Família Acolhedora se dará em conformidade com o Termo de Adesão a ser firmado com cada família selecionada.

8.2. O descumprimento de quaisquer das obrigações contidas na Lei nº 2652/2017 e no Termo de Adesão, implicará em desligamento da família do Serviço.

8.3. O Juiz de Direito, a Promotoria de Justiça, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA manterão acompanhamento constante e fiscalização do Serviço Abrigo Domiciliar.

Cléia Aparecida Valenga Sloboda

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Mulher e Família

Prefeitura Municipal de Jaguariáiva



SEMUS



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARIAÍVA - PR
COMSAÚDE/JAGVA

RESOLUÇÃO Nº 15/2025

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2025.

O Conselho Municipal de Saúde (COMSAÚDE) do Município de Jaguariáiva - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.142, de 28/12/1990; Lei Federal 8.080, de 19/09/1990; Resolução 453, de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde; Lei Municipal 1.747, de 23/11/2007, e

CONSIDERANDO

A apresentação do relatório de gestão referente ao 1º quadrimestre de 2025, em audiência pública, na Câmara Municipal de Jaguariáiva no dia 29 de maio de 2025, com a participação de representantes do Conselho Municipal de Saúde,

RESOLVE

Artigo 1º - Aprovar o 1º Relatório Quadrimestral referente ao ano de 2025.

Artigo 2º - O presente relatório foi entregue ao Conselho Municipal de Saúde em audiência pública, mediante ofício nº532/2025/SEMUS em 25/05/2025.

Artigo 3º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaguariáiva, 12 de novembro de 2025.

Documentado assinado digitalmente
CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT
Data: 12/11/2025 08:48:41 -0300
Verifique em: https://verifica.dig.br

CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jaguariáiva



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARIAÍVA - PR
COMSAÚDE/JAGVA

RESOLUÇÃO Nº 16/2025

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2025.

O Conselho Municipal de Saúde (COMSAÚDE) do Município de Jaguariáiva - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.142, de 28/12/1990; Lei Federal 8.080, de 19/09/1990; Resolução 453, de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde; Lei Municipal 1.747, de 23/11/2007, e

CONSIDERANDO

A apresentação do relatório de gestão referente ao 2º quadrimestre de 2025, em audiência pública, na Câmara Municipal de Jaguariáiva no dia 25 de setembro de 2025, com a participação de representantes do Conselho Municipal de Saúde,

RESOLVE

Artigo 1º - Aprovar o 2º Relatório Quadrimestral referente ao ano de 2025.

Artigo 2º - O presente relatório foi entregue ao Conselho Municipal de Saúde em audiência pública, mediante ofício nº866/2025/SEMUS em 25/09/2025.

Artigo 3º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaguariáiva, 12 de novembro de 2025.

Documentado assinado digitalmente
CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT
Data: 12/11/2025 08:48:41 -0300
Verifique em: https://verifica.dig.br

CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jaguariáiva



SAMAE

PORTARIA Nº 043/2025

O Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguariáiva - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 89 da Lei Municipal nº 2.155/2010, o Decreto nº 049/2025 e diante da necessidade administrativa desta Autarquia Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, a pedido, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo período de 02 (dois) anos, com base na solicitação sob Protocolo nº 1063/2025, de 11 de novembro de 2025, o senhor FRANCISCO BERNARDO PINTO, portador da Cédula de Identidade - RG nº 9.516.XXX-X SSP/PR, e inscrito CPF sob nº 053.425.XXX-XX, servidor com cargo efetivo de pedreiro, sob matrícula nº 65, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2025.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se, Anote-se

Jaguariáiva, 12 de novembro de 2025.

ADILSON RODRIGO MILEK
Presidente do SAMAE
Decreto nº 049/2025

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2025 INEGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2024

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARIAÍVA

CONTRATADA: VERDES PRADOS LTDA
CNPJ: 43.548.853/0001-75

OBJETO: É objeto do presente termo o credenciamento para fornecimento de mão de obra especializada em construção civil, reformas e pequenos reparos, para atender as demandas e suprir as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), conforme especificações contidas na função por ela credenciada e no termo de referência estabelecidas, conforme Processo de Inelegibilidade de Licitação nº 014/2024 (EDITAL DE CREDENCIAMENTO 002/2024).

VALOR GLOBAL: R\$ 142.535,00

DATA DE INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: 10 de novembro de 2025.

DOTAÇÃO: 3.3.90.39.99.00 - Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica

3.3.90.39.16.00 - Manutenção Conservação de Bens Imóveis

Jaguariáiva, 10 de novembro de 2025.

EXTRATO DE JULGAMENTO

Sindicância
Autos nº 001/2025

Sindicância. Autos nº 001/2025. Portaria 033/2025. Infração ao disposto nos arts. 121, VII e 122, XV da Lei Municipal nº 2.155/2010. **DISPOSITIVO.** Assim, diante das circunstâncias comprovadas, **DECIDO a) ACATAR o Relatório Final**, nos termos dos arts. 172 e seguintes da Lei Municipal nº 2.155/10; **b) JULGAR PROCEDENTE a sindicância**, reconhecendo a prática de infração disciplinar pelo servidor J. C. S., matrícula nº 1xx, ocupante do cargo efetivo de pedreiro junto ao SAMAE, em infração aos artigos 121, VII e 122, XV da Lei Municipal nº 2.155/2010; **c) APLICAR a penalidade de ADVERTÊNCIA**, com registro em sua ficha funcional; **d) CONDENAR o servidor ao ressarcimento integral dos danos ao patrimônio público**, conforme arts. 126 e 127 da Lei nº 2.155/10, facultado o parcelamento nos termos do art. 47 da mesma Lei; **e) DETERMINAR a intimação do servidor para cumprimento das obrigações e, após a devida publicação na Imprensa Oficial do Município, o arquivamento do feito.** Intimem-se. Cumpra-se.

Jaguariáiva, 07 de novembro de 2025.

ADILSON RODRIGO MILEK
Presidente do SAMAE de Jaguariáiva/PR

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025, Nº 042/2025, Nº 043/2025, Nº 044/2025, Nº 045/2025, Nº 046/2025 e Nº 047/2025

PREÇO LÍQUIDO Nº 00225
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
VIGÊNCIA: 12 MESES - ASSINATURA: 07/11/2025

CONTRATADA: VERDES PRADOS LTDA - pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ 43.548.853/0001-75, com sede na Rua Cristiano Olsen, 2281 - Anexo A - Higienópolis - Anápolis/SP CEP 16.010-720 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025.

ITEM	QUANT	UN	OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	10	UN	Teclado portátil ABNT2, com conexão USB 2.0 no superior, com fio de no mínimo 1,8 metros de comprimento, plug and play não necessita de driver adicional para funcionamento; Deve ser resistente, durável e ergonômico, adequado para uso contínuo em ambiente corporativo. Características mínimas exigidas: • Tipo: Teclado com fio, conexão USB; • Layout: Padrão ABNT2 (com tecla "Ç"); • Comprimento do cabo: mínimo de 1,8m; • Compatibilidade: sistemas operacionais Windows, Linux e similares; • Tecnologia: Plug and Play; • Cor: Preto; • Marca de referência: Logitech ou equivalente de qualidade comprovada; • Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	VINK	R\$ 33,00	R\$ 330,00



apresentou ao conselho os procedimentos de inscrição e seleção de famílias para o Programa Família Acolhedora o Programa foi elaborado com todas as etapas a serem cumpridas e em conformidade com a Lei nº 2852/2017, seu o Edital de Chamamento Público para Cadastro do Programa Família Acolhedora o qual foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes, antes de encerrar a Sra. Simone abriu a palavra aos conselheiros em caso de alguma dúvida ou pergunta aos assuntos tratados nesta reunião e não havendo nem um questionamento e com a aprovação de todos eu Simone Leite Cunha, lavrei a presente ata que será assinada por todos. Jaguariá, 11 de novembro de 2025.

Kimberly J. dos Santos, Membro da Comissão



CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JAGUARIÁ - PR
Travessa Silveiro Carneiro, 70 Cidade Alta - Fone: (43) 3535-3363.

Portaria nº 008/2025. DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS APURAÇÃO DE SUPOSTA IRREGULARIDADE ADMINISTRATIVA COMETIDA PELO CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Jaguariá/PR, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento disposto na Lei Municipal nº 2.743/2018 e nos termos do que consta no Relatório de Conclusão do Processo Administrativo Unificado da Comissão de Processo Administrativo do CMDCA.

Considerando a observância estrita às disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37.

Considerando o dever que do CMDCA possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito.

Considerando a decisão liminar proferida no mandado de segurança nº 0003313-65.2025.8.16.0100 - Ref. mov. 16.1, que determinou a suspensão dos efeitos do Decreto nº 1135/2025, para fins de conceder o prazo recursal de 15 dias ao Sr. José Crair de Oliveira, este afastado de suas funções do Conselho Tutelar de Jaguariá, em razão de instauração e trâmite do processo administrativo, de acordo com art. 47, inciso IV da Lei Municipal 2.743/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo para conclusão dos processos administrativos instaurados inicialmente pelas Portarias nº 001 e 002 (Relatórios Finais de Sindicância), na forma da Lei Municipal nº 2743/2018, publicadas no D.O.E.M. em 27/08/2025 – Edição nº 957, em face do servidor JOSÉ CRAIR DE OLIVEIRA.

Art. 2º - Determinar a intimação/notificação do servidor JOSÉ CRAIR DE OLIVEIRA, membro do Conselho Tutelar do Município de Jaguariá, de que continuará afastado de suas funções, até a conclusão do processo administrativo, sem prejuízo da remuneração, conforme dispõe o artigo 152 da Lei Municipal nº 2.155/2010, até decurso do prazo de 15 (quinze) dias, de eventual recurso administrativo ao Prefeito, com fulcro no § 3º do artigo 48 Lei Municipal 2.743/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Jaguariá/PR, 11 de novembro de 2025.

SIMONE LEITE CUNHA
Presidente do CMDCA

ANA JÚLIA NOGARI DE CASTRO
Membro da Comissão

SÔNIA TEREZINHA MORAES DE CASTRO
Membro da Comissão

MIRIAM APARECIDA DE PIZZOL SILVA
Membro da Comissão



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
Rua: Eduardo Ribas, 250 – Cidade Alta – Jaguariá – Paraná

RESOLUÇÃO COMDIM Nº 004/2025

A plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Jaguariá, criado pela Lei nº 2540/2015, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião ordinária no dia 10 de novembro de 2025, por meio de sua plenária, resolve:

Resolve:

Art. 1º - Aprova o Termo de Adesão Municipal e Plano de Ação em relação ao Repasse: Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher – Capital – Del. 15/2025, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguariá, 11 de novembro de 2025.

Sala de reuniões dos Conselhos – Condomínio Matarazzo

Valdirene Koxne
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
COMDIM



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
JAGUARIÁ - PR
Praça Isabel Branco e Silva, s/n - Fone: (43) 3535-5812
Cmasjaguariava@hotmail.com

Resolução 006/2025

Símula: Aprovar o Plano de Ação - 2026, referente ao repasse: Piso Único de Assistência Social - PAS no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

O Conselho Municipal de Assistência- CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1297 de 06/11/95.

Considerando a deliberação ordinária realizada em 11/11/2025.

Resolve

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão e Plano de Ação - 2026, referente ao repasse: Piso Único de Assistência Social - PAS no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme a ata nº 320.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala de sessões, 11 de novembro de 2025.

Aline Cristina de Oliveira Matos
Presidente do CMAS.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
JAGUARIÁ - PR
Praça Isabel Branco e Silva, s/n - Fone: (43) 3535-5812
Cmasjaguariava@hotmail.com

Resolução 007/2025

Símula: Aprovar o Diagnóstico Socioterritorial de Jaguariá - 2025.

O Conselho Municipal de Assistência- CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1297 de 06/11/95.

Considerando a deliberação ordinária realizada em 11/11/2025.

Resolve

Art. 1º Aprovar o Diagnóstico Socioterritorial do município de Jaguariá - 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala de sessões, 11 de novembro de 2025.

Aline Cristina de Oliveira Matos
Presidente do CMAS.



CMDI - CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Prefeitura Municipal de Jaguariá - PR
Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social

Resolução 008/2025

O Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos do município de Jaguariá, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 2859/2021, em acordo com reunião extraordinária realizada 10/11/2025.

RESOLVE

Aprovar o Termo de Adesão e Plano de Ação referente ao repasse: Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo – Investimento – Del. 49/2025, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme a ata nº 23/2025.

Sala de sessões, 10 de novembro de 2025.

Hissashi Umezu
Presidente do CMDPI